



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2014

Ano 39 – Nº 216

Foto: CPT Nacional

**“Se calarem a voz
dos profetas, as
pedras falarão!”**

págs.: 8 e 9



Dom Tomás Balduino
* 1922 † 2014



**Dom José Moreira – vice-presidente
da CPT e bispo de Três Lagoas**

* 1953 † 2014

pág.: 7

EDITORIAL

Vida em plenitude

O final de abril e o começo de maio deste 2014 vão ficar marcados, na história da CPT, por uma sequência de mortes que deixaram uma sensação paradoxal. Por um lado, uma sensação de vazio pela falta que essas pessoas deixaram, e por outro a sensação de plenitude, por terem sido pessoas que fielmente cumpriram sua missão, e por terem combatido até o fim o bom combate, como diz o apóstolo Paulo.

Dom José Moreira Bastos Neto, ainda em pleno vigor dos seus 61 anos, foi ceifado por um infarto fulminante. Sua morte pegou de surpresa a diocese de Três Lagoas, a CPT, que a menos de dois anos o tinha como vice-presidente, seus amigos e familiares. Sua passagem foi como uma 'chuva de verão', diz Mieczslau Kudlavicz, mas que encharcou a terra que pisou, por sua simplicidade, seu caráter humano-sensível e seu comprometimento com os mais pobres. Uma passagem rápida que deixou rastros profundos na vida do povo das comunidades e dos amigos.

Menos de uma semana depois, nos deixava Dom Tomás Balduino. Varão provento em dias e sabedoria, sua partida, aos 91 anos, comoveu corações por todo lado. Foi baluarte de uma Igreja que se renovou com o Concílio Vaticano II e as Assembleias de Medellín e de Puebla. Buscou identificar-se com Jesus dos Evangelhos, caminhando no meio do povo, dando a mão a quem estava caído, estimulando a caminhada dos afadigados, acompanhando a criação do CIMI e da CPT. Dom Tomás acreditou nos pequenos e por isso lutou para que eles assumissem o protagonismo de sua história. Dele diz Jelson de Oliveira: "Tinha a suavidade de antigos amigos e a aspereza dos grandes profetas. Despertou raivas, desgostou uns tantos, provocou muitos". No momento da despedida, os indígenas, os sem-terra, os camponeses não podiam deixar de estar ao lado de quem sempre os acompanhou em todos os momentos de sua luta.

Logo depois, falecia Dom Celso Pereira de Almeida, um grande apoiador da CPT Araguaia-Tocantins, nos seus primeiros anos de caminhada.

Um mês antes, falecera Lino Skovronski, um dos primeiros agentes da CPT do Mato Grosso do Sul. Até os dias em que teve forças para lutar, nunca abandonou a causa dos camponeses, diz Mieczslau Kudlavicz. E na França, aos 92 anos, faleceu o Pe. José Servat, fundador da ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural. "Profeta e apóstolo, educador de muitos militantes cristãos camponeses, sobretudo na região nordestina, por mais de 30 anos", diz o Pe. Hermínio Canova.

Ainda impactada pela morte de Dom Moreira, a CPT lançou, na CNBB, em Brasília, Conflitos no Campo Brasil 2013. Seu relatório anual que denuncia em números e análises a dura realidade vivida pelos homens e mulheres do campo, os conflitos em que estão envolvidos, as violências que sobre eles se abatem. Os povos indígenas, as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais hoje estão na mira dos que defendem, com unhas e dentes, o latifúndio e o agronegócio. Violência que se expande nos primeiros meses de 2014.

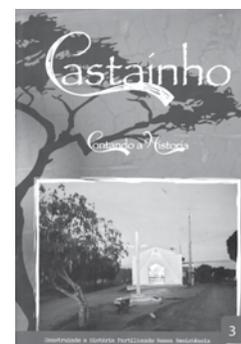
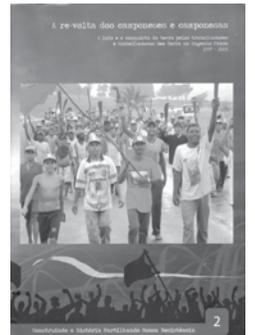
A realidade dos camponeses e camponesas e de outros trabalhadores da terra esteve presente na 52ª Assembleia dos Bispos do Brasil, que se realizou em Aparecida do Norte, SP. Junto com o testemunho de muitos que comprometeram a vida ao lado dos pobres da terra, das águas e das florestas, esta realidade provocou a aprovação do documento Igreja e Questão Agrária no Início do Século XXI. Disseram os bispos: "Nossos compromissos são de vida e vida em abundância para os mais pobres: os pobres da terra, das águas e da floresta, que entre tantos outros contaram com o corajoso testemunho de Dom Tomás Balduino falecido no dia em que este documento foi apresentado à 52ª Assembleia".

Esperamos que estes compromissos se traduzam em apoios concretos.



A re-volta dos camponeses e camponesas – a luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras sem terra no engenho do Prado (1997-2005)

A CPT regional Nordeste II, a partir de um processo de sistematização participativa, produziu a publicação "A re-volta dos camponeses e camponesas". O material envolveu além da CPT, as famílias dos assentamentos de Nova Canaã, Chico Mendes e Ismael Felipe, localizados no município de Tracunhaém, zona da mata norte de Pernambuco. Essas famílias vivenciaram o mais prolongado e violento conflito pela terra da zona da mata pernambucana. Além dessas, outras quatro comunidades também participaram do processo de criação do material, a de fundo de pasto Areia Grande e comunidade quilombola Barra de Parateca, no estado da Bahia; a comunidade de vazanteiros Pau Preto, em Minas Gerais e a comunidade quilombola de Castainho, em Pernambuco.



Castainho – Contando a história

Esta publicação, também de responsabilidade da CPT Nordeste II, traz os principais momentos de resistência da Comunidade quilombola de Castainho na luta pela garantia de seu território. A comunidade está localizada no município de Garanhuns, agreste pernambucano, e a sua história é considerada um exemplo e estímulo para outras comunidades quilombolas da região.

Soja: tesouro ou tesoura?

O livro "Soja: tesouro ou tesoura?" é de autoria do filósofo e escritor belga Luc Vankrunkelsven. O autor faz uma reflexão sobre os meios de produção agrícola, as causas de alterações ambientais, sobre nosso modo de aceitar a alimentação ditada por multinacionais que geram vítimas e tragédias invisíveis sobre povos indígenas, a agricultores familiares e biomas já fragilizados, além da saúde e da alimentação humana.

Luc Vankrunkelsven destaca que o Complexo-soja, como uma tesoura, retalha a realidade, para que esta se torne irreconhecível e inacessível. A publicação, a partir de cuidadosa pesquisa, procura expor essa metodologia de recorte e destruição.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Frei Luciano Bernardi

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Dom Celso Pereira nos deixou

Dom Celso Pereira de Almeida faleceu no dia 11 de maio último, em Goiânia (GO). Dom Celso foi fiel servidor do Deus dos pobres e dos pobres da terra. Quando bispo de Porto Nacional, no Tocantins, durante 22 anos, sempre esteve atento e solidário com os posseiros e outros trabalhadores e trabalhadoras do campo em situação de conflito pela posse da terra. Desde o início, esteve sempre ao lado da CPT Araguaia-Tocantins, da qual foi bispo acompanhante por anos. Em Nota, a coordenação nacional da CPT destacou: “que Dom Celso, de braços dados com Dom Tomás e Dom Moreira, possa permanecer na nossa memória como fonte silenciosa e corajosa da vocação solidária, profética e subversiva da CPT”.

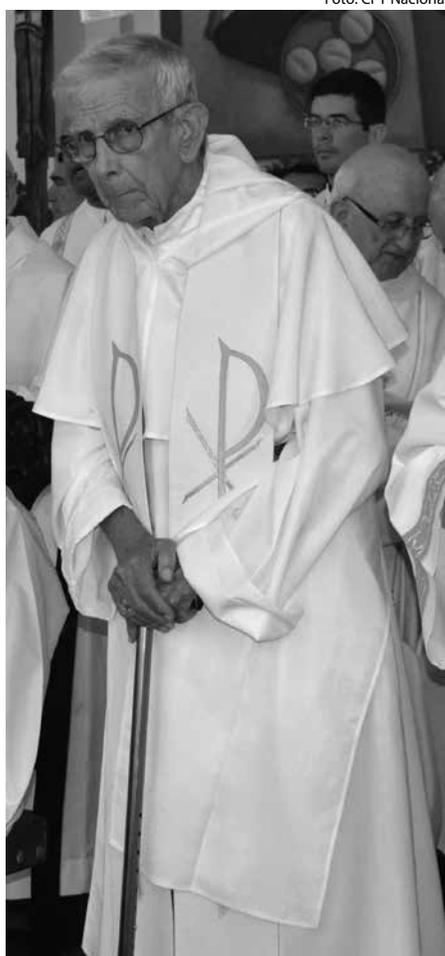


Foto: CPT Nacional

Fórum Social Temático sobre energia é lançado em Brasília

Foi lançado no dia 15 de maio, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Fórum Social Temático Energia, que traz como tema central “Energia: para quê? Para quem? Como?”. O evento ocorrerá entre 7 e 10 de agosto desse ano, na Universidade Nacional de Brasília (UNB). No lançamento estiveram presentes o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ), a equipe de facilitação para a realização do Fórum, militantes, apoiadores e representantes de movimentos e

organizações sociais e de comunidades tradicionais. Chico Whitaker, ativista social e membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, destacou, durante o ato de lançamento, o perigo do uso de energia nuclear, defendida pelo governo brasileiro, e a crescente construção de usinas hidrelétricas no Brasil, em detrimento dos direitos dos povos tradicionais presentes nas áreas em que elas serão instaladas. Maiores informações no site www.fst-energia.org

Foto: FST-Energia



Encontro reúne integrantes de povos e comunidades tradicionais de todo Brasil

O Encontro Ampliado da Articulação das Comunidades e Povos Tradicionais ocorreu entre os dias 14 e 16 de maio, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás. O evento avaliou a conjuntura e as ameaças que envolvem as populações e comunidades tradicionais, no intuito de construir perspectivas para a luta desses grupos no País. Participaram do encontro representantes das populações indígenas, quilombolas, vazanteiros, fundo e fecho de pasto e das comunidades pesquei-

ras do Brasil, além de agentes da CPT, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cáritas e da FASE. Diversas situações de violências vividas pelos povos também foram denunciadas, como o caso do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, que sofre constante pressão da marinha brasileira. A articulação trabalha na construção de estratégias para que os grupos tradicionais criem formas de resistência diante dessa conjuntura adversa.

Sociedade civil encaminha representação contra relator do novo marco da mineração

Um grupo de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos comuns, encaminharam, no dia 6 de maio, à Secretaria Geral da Mesa da Câmara Federal, uma representação inédita, por quebra de decoro parlamentar, contra o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator do Projeto de Lei do novo marco legal da mineração. É a primeira vez que uma representação po-

pular, por quebra de decoro, é apresentada contra um parlamentar pelo fato dele relatar um projeto de interesse direto de seus financiadores de campanha. O Código de Ética da Câmara prevê que deputados não podem relatar matéria de interesse de financiadores de campanha, caso do peemedebista, que admite ser financiado pelo setor de mineração e o defende abertamente.

Foto: MP Pará



Fazendeiro e capataz são condenados a 130 anos de prisão

Quase 30 anos após o crime, o fazendeiro Marlon Lopes Pide e seu capataz Lourival Santos da Rocha foram condenados a 130 anos de prisão pelo assassinato de cinco trabalhadores rurais, crime ocorrido em setembro de 1985, na fazenda Princesa, no município de Marabá, no Pará. O julgamento foi realizado no dia 8 de maio, na capital, Belém. Os jurados acataram a tese da acusação e consideraram que Marlon

foi o mandante da chacina. E Lourival tendo participação nos crimes, por obedecer as ordens de Marlon e levar os pistoleiros até as casas dos posseiros, obrigando-os a se dirigirem à sede da fazenda, onde foram torturados e assassinados sob o comando de Marlon. O fazendeiro continuará em liberdade até que sejam julgados os recursos de sua defesa. Lourival está foragido e teve prisão preventiva revigorada.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2013

Conflitos e Violência atingem povos indígenas e comunidades tradicionais

CRISTIANE PASSOS*

No dia 28 de abril, a CPT divulgou o seu relatório anual, Conflitos no Campo Brasil 2013. A publicação destaca a violência contra indígenas e demais comunidades tradicionais, bem como o aumento dos conflitos pela água e da violência contra os povos e o território da Amazônia.

Mesmo apresentando leve queda em números gerais, a publicação Conflitos no Campo Brasil 2013, divulgada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) durante coletiva de imprensa, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (DF), mostrou que não há motivos para comemorações. Foram registrados 1266 conflitos em 2013, enquanto em 2012 foram 1364. Este número menor refere-se a conflitos por terra, que declinaram de 1067 para 1007; conflitos trabalhistas, de 182 para 154; outros conflitos, de 36 para 12.

Já em relação ao número de violências contra a pessoa, o número de assassinatos passou de 36 para 34. Também recuaram os números de tentativas de assassinato, de 77 para 15; de ameaçados de morte, de 241 para 195. Em contraposição o número de presos teve aumento de 99 para 143, e de agredidos saltou de 88 para 243. O que chama a atenção nestes dados é o envolvimento das populações indígenas nestes conflitos. No quadro de violências, das 829 vítimas de: assassinato, ameaças de morte, prisões, intimidações, tentativas de assassinato e outras, 238 são indígenas. Das 34 mortes por assassinato, 15 são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Não se tem registro de situação semelhante em outro momento dos 29 anos em que a CPT publica o relatório Conflitos no Campo Brasil.

Os estados com maior violência contra os indígenas são: Mato Grosso do Sul e Bahia. O Mato Grosso do Sul destaca-se: 15 foram ameaçados de morte, 7 sofreram tentativa de assassinato, 3 foram assassinados, 8 presos. 100% dos assassinados e dos que sofreram tentativa de assassinato são indígenas. Na Bahia, dos 6 assassinatos, 4 são de indígenas e das 3 tentativas de assassinato, 1 é contra indígena, além de 3 ocorrências de ameaça de morte. Chama atenção o alto índice de violência incidente sobre as lideranças in-



Foto: CPT Nacional

dígenas, com 34 ocorrências relacionadas a ameaças de morte, 26 a tentativas de assassinato e 4 assassinatos.

Conflitos pela água em 2013 aumentam em 32%

Em relação aos conflitos pela água em 2013, há um crescimento exponencial de 32% em relação ao ano anterior. De 79 ocorrências em 2012, para 104 em 2013. É o maior número de conflitos pela água desde 2002, quando a CPT começou a registrá-los. A maior parte destes conflitos está relacionada com a construção de hidrelétricas, 43 ocorrências, e cresce o número de conflitos relacionados à mineração, 28 ocorrências. Quando se observa por região, nota-se que 43,26% dos casos levantados se dão no Nordeste, seguido do Norte com 25% dos conflitos, estando em terceiro lugar o Sudeste com 18,26% dos casos.

Cresce em 76% o número de famílias despejadas na Amazônia

Como em anos anteriores, os conflitos ganham em número e intensidade nas áreas para onde o capital avança. É o que acontece na Amazônia. A região continua sendo considerada colônia, fonte de recursos naturais a serem explorados pelo resto do Brasil e do mundo.

Na Amazônia, em 2013, se con-

centraram 20 dos 34 assassinatos, 174 das 241 pessoas ameaçadas de morte, 63 dos 143 presos, e 129 dos 243 agredidos. Das Populações Tradicionais que, em 2013, foram vítimas de algum tipo de violência, 55% se localizavam na Amazônia. 89% da superfície total das áreas em conflito de todo o Brasil estão na Amazônia Legal.

Diferentemente do restante do Brasil, onde o número de famílias expulsas diminuiu em relação a 2012, (passaram de 1.388 para 1.144), e o de despejos judiciais, (de 7.459, para 6.358), na Amazônia ocorreu o inverso: o número de famílias expulsas cresceu em 11%, passaram de 472 para 525 e o de famílias despejadas em 76%, passaram de 1.795 para 3.167. Acre, Tocantins e Amapá que, em 2012, não registraram nenhuma família despejada, em 2013 registraram respectivamente 676, 625 e 118 famílias despejadas. No Pará o número cresceu de 193 para 710, 274%. Estes despejos assinalam para o crescimento do papel repressivo do Estado na região. Despejos e expulsões, juntos, aumentaram 63% em 2013.

Também teve crescimento acentuado, de 126%, o número de famílias com casas destruídas, passando de 503, em 2012, para 1.186, em 2013 e as com bens destruídos 19%, passando de 570 para 676. O Acre destacou-se pelo aumento de 1.038% em relação ao número de casas destruídas. Passou de 26 para 296. Também no Acre, a atuação de pistoleiros ou

de milícias armadas mais que quadruplicou: de 90 famílias afetadas por ações de pistoleiros em 2012, este número saltou para 380, em 2013.

40 mulheres sofreram ameaças de morte em 2013

Os conflitos e a violência no campo atingem, indiscriminadamente, a família inteira, homens, mulheres, idosos, jovens, crianças. Em 2013, os dados registrados pela CPT nos dão conta de que 3 das 34 pessoas assassinadas são mulheres; 1 mulher está entre as 15 pessoas que sofreram tentativa de assassinato e 40 mulheres estão computadas entre as 241 pessoas ameaçadas de morte. Num olhar retrospectivo, nos últimos 10 anos – entre 2004 e 2013 – 2.282 pessoas foram ameaçadas de morte por questões relativas a conflitos por terra. Destas 382 eram mulheres. Neste mesmo período,

Foto: CPT Nacional



338 pessoas foram assassinadas. Dessas vítimas fatais, 20 são mulheres. De igual forma é de 55 o número de mulheres que sofreram tentativas de assassinato, entre as 439 pessoas que sofreram esta agressão. Muitas destas mulheres se tornaram vítimas da violência, porque se “tornaram lideranças tomando a frente da luta”.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CONFLITOS NO CAMPO NA IMPRENSA

Aumento da violência contra indígenas repercutiu no Brasil e no exterior

CRISTIANE PASSOS*

A imprensa destacou o aumento do assassinato de indígenas quando comparado aos dados da CPT dos anos anteriores.

A CPT divulgou os dados de 2013 dos conflitos no campo no Brasil no contexto da prisão do cacique Babau, do povo Tupinambá. Convidado para participar do lançamento da publicação, Babau não pôde ir. Assim como foi impedido de ir à celebração de canonização do Pe. José de Anchieta no Vaticano, a convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quando iria apresentar ao papa Francisco denúncias de violação dos direitos humanos e dos territórios indígenas no Brasil. Preso em Brasília, Babau corria o risco de ser transferido para o presídio de Ilhéus, na Bahia, onde, segundo denúncias, sua morte já havia sido encomendada. Babau já havia sido preso, de forma arbitrária, em 2008, acusado de liderar manifestações na região dos Tupinambás, na serra do Padeiro, quando, na verdade, na data em questão ele estava em Salvador (BA).

A investida contra os territórios tradicionais tem sido constante nos últimos anos, conforme os dados da CPT e consequentes análises que a entidade tem feito. Assim como a investida, a inoperância do governo em sanar os conflitos e a criminalização da luta desses povos tem aumentado de forma vertiginosa.

O Grupo Bandeirantes de Comunicação está sendo processado pelo povo Tupinambá por incitar o ódio contra essa etnia. O grupo responde a uma ação judicial por ter veiculado, em rede nacional, duas reportagens com conteúdo discriminatório e informações distorcidas sobre os conflitos por terra no sul da Bahia. Nas matérias foi veiculado, inclusive, que os caciques do povo Tupinambá de Olivença seriam os responsáveis por vários crimes e mesmo um assassinato ocorrido na região. As reportagens foram ao ar nos dias 25 e 26 de fevereiro deste ano, logo após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, de suspender as reintegrações de posse em sete áreas localizadas na terra Tupinambá.

O processo instaurado contra o Grupo de Comunicação é de autoria da



comunidade indígena Serra do Padeiro e do cacique Rosival Ferreira de Jesus, o Babau. Ele pede liminarmente o direito de resposta da comunidade Tupinambá às reportagens caluniosas, transmitidas pelo Jornal da Band e pelo sistema de radiodifusão do Grupo Bandeirantes, com o intuito de incitar o ódio e a violência da sociedade contra o povo Tupinambá de Olivença, e para deslegitimar a luta dos indígenas pela demarcação de seu território, já reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como de ocupação tradicional. Todo esse processo de criminalização, entretanto, não tem desaninado os povos indígenas e demais povos tradicionais, que continuam lutando pela garantia de seus direitos e territórios.

2014 começa com assassinatos de pequenos produtores

O ano de 2014 teve início com o assassinato de 1 indígena e 9 pequenos produtores, conforme dados parciais da CPT. Até o início do mês de maio dois pequenos produtores, foram mortos em conflito indígena, ambos em território Kaingang, devido à tensão que se estende na região colocando em lados opostos indígenas e pequenos produtores. É a luta de “pequeno” contra “pequeno”, e parte do

poder público ao invés de tentar resolver o impasse na região, só faz reforçar e incitar o ódio entre os dois grupos. É o caso do deputado federal Luis Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul, que declarou serem indígenas, negros, homossexuais, tudo o que não presta nesse país.

Além disso, o deputado recomendou a criação de milícias no estado, por parte dos produtores, para “defenderem” suas propriedades. Em vídeo gravado durante uma audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara em Vicente Dutra, no norte do Rio Grande do Sul, Heinze e Alceu Moreira (PMDB) orientaram os produtores rurais a se organizarem contra os índios. A gravação foi feita em novembro do ano passado. Em seu discurso, Heinze destacou: “O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a Brigada Militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades. Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo, como o Mato Grosso do Sul está fazendo”.

A Bahia até o momento tem dois assassinatos, sendo um indígena tupinambá, e outro um assentado da região de Monte Santo. Maranhão teve duas li-

deranças camponesas assassinadas em conflitos por terra. O Paraná teve um assentado assassinado, em Terra Rica. O Rio Grande do Norte teve dois trabalhadores do Acampamento Edivan Pinto, na Chapada do Apodi, assassinados. Rio Grande do Sul, como vimos, teve dois pequenos produtores mortos no território indígena Kaingang, e Rondônia teve um sem-terra assassinado em Porto Velho, em conflito por terra. Além desses, outros dois bárbaros assassinatos estão sob investigação e ainda não foram registrados pelo Centro de Documentação da CPT. Uma assentada e sua filha de 10 anos foram mortas na segunda quinzena de maio, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Assentada no P. A. Zumbi dos Palmares, Gilcilane Paes Pereira, 44 anos, foi encontrada morta no quintal da casa pelo marido. O corpo da vítima tinha sinais de pauladas e facadas. A filha de 10 anos, que estava com a mãe na hora do crime, desapareceu e foi encontrada morta dentro de um poço no próprio assentamento, quatro dias depois. Com esses casos, são quatro o número de assassinatos no mesmo assentamento nos últimos dois anos.

DOCUMENTO CNBB

A Igreja ouve os clamores dos povos da terra, das águas e da floresta

ANTÔNIO CANUTO*

No dia 7 de maio, a 52ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovou o documento “A Igreja e a Questão Agrária no Início do Século XXI”. Documento que é uma leitura atualizada da Igreja sobre a realidade agrária brasileira, pouco mais de 30 anos depois em que a 18ª Assembleia Geral, em 1980, se pronunciou sobre a “Igreja e Problemas da Terra”. Este documento, aprovado por uma ampla maioria, beirando a unanimidade (só 12 votos contrários), foi fruto de um longo processo de amadurecimento nos últimos cinco anos.

Em 2009 foi formado um grupo com a tarefa de produzir um instrumento de trabalho sobre a Igreja diante da realidade do campo no Brasil neste começo de século. O grupo elaborou um documento de estudos que foi aprovado e publicado em 2010. Com base neste trabalho foi elaborada uma proposta de documento a ser assumida pela Assembleia Geral, como a palavra oficial da Igreja sobre a realidade agrária brasileira nos dias de hoje. Uma primeira versão foi levada à apreciação da 51ª Assembleia, em 2013, que analisou o conteúdo e a forma do mesmo levantando críticas e

sugestões que foram acolhidas e incorporadas à versão, agora aprovada.

No dia em que o documento era apresentado à Assembleia, 2 de maio, falecia Dom Tomás Balduino, um dos baluartes na defesa dos direitos dos povos indígenas e das comunidades camponesas. O documento fez um reconhecimento público de sua atuação: “Nossos compromissos são de vida e vida em abundância para os mais pobres: os pobres da terra, das águas e da floresta, que entre tantos outros contaram com o corajoso testemunho de Dom Tomás Balduino falecido no dia em que este documento foi apresentado à 52ª Assembleia” (nº 208).

Os clamores dos povos da terra, das águas e da floresta

O documento parte de ouvir os clamores dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos sem-terra e assentados, dos ribeirinhos e pescadores, dos pequenos produtores familiares, dos assalariados e trabalhadores em situação análoga à escravidão, submetidos a muitas formas de desrespeito, agressão e

violência em relação à posse e ao uso da terra e às relações de trabalho daí derivadas. Ouve também o clamor das cidades onde a população expulsa do campo, ocupa as periferias, zonas baixas ou encostas de morros, frequentemente afetadas por catástrofes ambientais. Ouve, por fim, o clamor da própria Terra (planeta), que sofre a contínua depredação da sua rica biodiversidade, o envenenamento dos seus solos e corpos d’água sob a lógica do desenvolvimento econômico.

“Como pastores, abrimos os ouvidos e o coração para ouvir e acolher os clamores daqueles que sofrem as duras consequências de situações injustas e opressoras”, diz o documento (nº 20).

Por que a Igreja se importa com os clamores do povo?

A segunda parte do texto apresenta o que motiva os bispos a ouvir os clamores do povo. Sua motivação se assenta na Palavra de Deus e nos ensinamentos da tradição cristã. Pois a Bíblia mostra que Deus é comprometido com os pobres e oprimidos, que vê o sofrimento do povo, ouve seus gritos, conhece suas angústias e por isso desce para libertá-lo (Ex 3); que Deus ao criar o mundo deu ao homem a tarefa de “cultivar e guardar” o jardim em que foi colocado (Cf. Gn 2,15) e que fala em herança para indicar o direito inalienável que todos têm de viver e de gozar dos frutos da terra e de seu trabalho. Da tradição cristã, o documento extrai, sobretudo, a exigência da destinação universal dos bens e do cumprimento da função social da propriedade.

Ouvir o clamor dos pobres: um imperativo ético

Os clamores do povo e a Palavra

de Deus e da Igreja suscitam compromissos pastorais: compromissos em relação à própria igreja, aos povos da terra, das águas, da floresta, e cobranças aos poderes constituídos: “temos a obrigação pastoral de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para acolher o clamor que sobe das comunidades dos campos, das florestas e das águas” (nº 138). São compromissos que partem de um posicionamento claro diante do latifúndio, do trabalho escravo, da natureza, da água, da produção de energia.

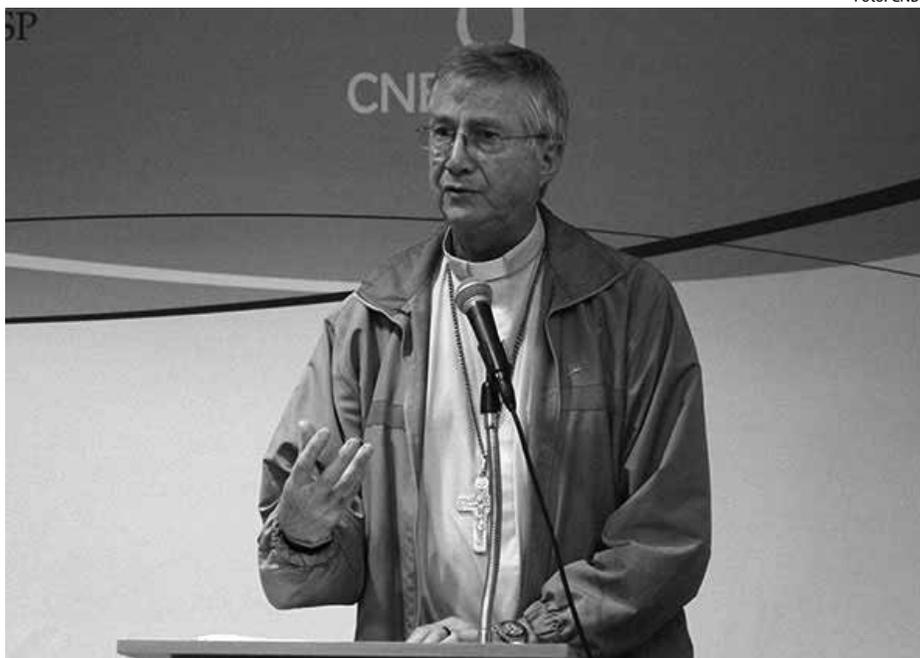
O documento reafirma a distinção entre terra de trabalho e terra de negócio, presente no documento de 1980. “Reafirmamos ser a terra considerada dom e dívida para a humanidade inteira ‘terra de trabalho’, lugar de viver, e não mercadoria, ‘terra de negócio’” (nº 208).

É contundente na sua conclusão: “Ouvir e atender os clamores dos pobres é imperativo ético para todos os responsáveis pelo bem público e para todas as pessoas de boa vontade” (nº 210), “a opressão dos pobres é pecado que brada ao céu”. Por isso assumem como compromisso: “denunciar toda violência que nega às famílias e às comunidades pobres o direito e o acesso aos bens necessários para uma vida digna” (nº 207).

Aponta, também, quem são os responsáveis pela violência: “No cumprimento de nossa missão, denunciemos a idolatria da propriedade, da riqueza e do poder, que é a causa da violência que acompanha a luta pela terra”. E denuncia como pecado a sacralização da propriedade da terra: São “criminosos – pecadores, todos os que querem sacralizar a propriedade da terra neste País de extensão continental! Sacramentar a usurpação, dignificar a grilagem é crime, é pecado” (palavras essas emprestadas do documento assinado por 11 entidades ecumênicas após a aprovação do relatório de Abelardo Lupion, ao final da CPMI da Terra, em 2005). (nº 206).

Um documento que merece toda a atenção.

Foto: CNBB



LUTO

Morre, aos 61 anos, o bispo e vice-presidente da CPT dom José Moreira Bastos

CRISTIANE PASSOS*

Faleceu na tarde de 26 de abril último, o vice-presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e bispo de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, dom José Moreira Bastos Neto, aos 61 anos. O bispo participava de encontro com religiosos, quando passou mal e foi levado ao Pronto Atendimento, sendo constatado infarto. Dom José Moreira realizou exames e foi encaminhado para Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). O quadro de saúde agravou-se, e o bispo não resistiu.

Natural de Simonésia, em Minas Gerais, dom José Moreira nasceu em 25 de janeiro de 1953. Formado em História pela Faculdade de Filosofia de Caratinga, em Minas Gerais, e em Filosofia e Teologia pelo Seminário Diocesano de Caratinga, foi ordenado padre em 28 de outubro de 1979.

Como padre acompanhou a Pastoral da Juventude e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na Diocese de Caratinga e micro-região Centro de Minas Gerais. De 1998 a 2005 foi reitor do Seminário da Diocese de Caratinga. Foi ordenado bispo da Diocese de Três Lagoas em 19 de abril de 2009.

No regional Oeste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul, foi indicado para ser o bispo acompanhante da CPT, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e demais pastorais sociais. Em março de 2012 também foi indicado como bispo acompanhante das CEB's.

Participava ainda da Comissão Regional de Justiça e Paz. Em âmbito nacional, integrou a Comissão Oito da CNBB, a Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Na CPT, dom José Moreira foi eleito vice-presidente pela XXIV Assembleia Geral, no dia 30 de março de 2012. Na época, ele afirmou que queria contribuir na valorização do homem e da mulher do campo, na defesa e conquista de seus direitos.

O velório começou ainda no sábado, dia 26, em Três Lagoas (MS), na Catedral Sagrado Coração de Jesus, onde foram celebradas missas, houve vigília e rito



Foto: CPT Nacional

de exéquias. No domingo, 27, aconteceu a missa de corpo presente, presidida pelo arcebispo de Campo Grande (MS), Dom Dimas Lara, com a participação de bispos, padres, religiosos e a comunidade local.

No mesmo dia, o corpo de Dom José Moreira foi levado para Caratinga, onde, também, foi realizada missa. Na madrugada do dia 28 de abril, ele foi levado para Simonésia, sua cidade natal. De lá o corpo seguiu para Manhuaçu, onde foi velado até o dia seguinte, quando foi celebrada a última missa de exéquias. Logo depois o corpo foi sepultado no cemitério de Manhuaçu, onde também está enterrado seu pai.

Isolete Wichinieski, da coordenação nacional da CPT, participou das celebrações em nome de toda a CPT. Segundo ela, "Dom Moreira era uma pessoa muito

próxima das pessoas, das comunidades. Ele era muito mais do que um pastor e estava dando início a uma mudança profunda na dinâmica da diocese, com ações diárias junto à comunidade. Além disso, ele estava buscando mais pessoas para auxiliar o trabalho pastoral na diocese de Três Lagoas".

Passou como uma chuva de verão

Assim escreveu sobre dom Moreira: Mieceslau Kudlavicz, agente da CPT do Mato Grosso do Sul. "A morte inesperada de dom José Moreira pegou de surpresa toda a comunidade católica de Três Lagoas. E eu compartilho deste mesmo sentimento porque tive a felicidade de conhecer o grande pastor humano-sensível que foi

Dom José Moreira, apesar de sua tão rápida passagem pela Diocese de Três Lagoas. Passagem esta semelhante a uma 'chuva de verão', mas que marcou profundamente a vida da comunidade eclesial treslagoense. Faço esta afirmação porque ele foi um pastor humano-sensível, comprometido com os mais pobres da Diocese, materializado no apoio à formação de uma equipe diocesana da Comissão Justiça e Paz. Mas não somente por isso. Ele era o vice-presidente da CPT Nacional, e pude ouvi-lo por mais de uma vez, expressar o seu desejo de poder contar com um padre que abraçasse a causa da Reforma Agrária, dedicando-se exclusivamente em atender pastoralmente as famílias assentadas. Era um entusiasta das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Tinha a expectativa de ver as paróquias da Diocese inundadas de pequenas comunidades, refletindo a Bíblia, vivenciando os valores evangélicos comprometidos com a realidade local. Porém, por diversas vezes confidenciou as dificuldades que encontrava para torná-las realidade na sua Diocese por diferentes razões. Dom Moreira, como gostava de ser chamado, com seu 'jeito mineiro', muito humilde, sem sensacionalismos, com seu jeito simples de agir, ia moldando um novo jeito de organizar pastoralmente a Diocese. O exemplo mais evidente do que foi dito, pude vivenciar no dia 19 de março de 2014, quando pela primeira vez celebrou uma missa no Assentamento Vinte de Março, no município de Três Lagoas. Durante a celebração dialogou muito com a comunidade, ao incentivar a não desistirem da luta apesar das dificuldades. Falou da necessidade dos assentados serem ousados em cobrar o que é de direito, sem deixar se intimidar por quem quer que seja. E com este seu jeito simples de se comunicar com os pobres conquistou tanto a comunidade do Assentamento, como de um modo geral, a comunidade católica da Diocese de Três Lagoas, visível nas centenas de pessoas que foram prestar sua última homenagem a ele. Por tudo isso é que digo: "Até mais ver, Dom Moreira!"

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Dom Tomás Balduino e seu legado

No dia 02 de maio, aos 91 anos, faleceu Dom Tomás Balduino. Bispo emérito da cidade de Goiás e fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Dom Tomás deixa um legado de luta junto aos povos do campo, das águas e das florestas.

No dia 02 de maio, lícido e sereno, Dom Tomás Balduino fez sua páscoa. Aqueles e aquelas que com ele compartilharam esse momento relatam a extrema lucidez com que deixou a vida. Em seus últimos momentos ainda insistia que muito tinha a contribuir para a discussão do documento da Terra na 52ª Assembleia dos Bispos do Brasil, que ocorria em Aparecida do Norte (SP). Pedia veementemente aos que estavam próximos que o levassem à reunião da CNBB ou que anotassem suas observações. Demonstrou, também, preocupação com os moradores de rua e andarielhos. Sentia até o último momento que poderia contribuir com a luta pela dignidade do povo pobre desse país. Morreu como viveu, lutando e sonhando por um mundo melhor.

Durante três dias milhares de pessoas se despediram de Dom Tomás, em celebrações que se dividiram entre a Igreja São Judas Tadeu, paróquia dos dominicanos em Goiânia (GO), e a catedral da cidade de Goiás (GO), onde foi bispo por 31 anos.

“Não nos deixem sozinhos!” clamou uma indígena Krahô durante celebração no velório de Dom Tomás Balduino. O pedido dirigido, sobretudo, à Igreja, estende-se também aos amigos, amigas, militantes, admiradores e admiradoras de Dom Tomás. Foi um clamor que reafirmou e reforçou a fala dos demais indígenas durante as últimas homenagens ao bispo fundador da CPT e do CIMI, “a luta dele continuará através de todos nós!”. Não foram poucas as homenagens e mensagens



Foto: CPT Nacional

vindas das mais diversas partes desse nosso país e do mundo. Também não foram poucas as celebrações que relembraram e reafirmaram o compromisso de dar continuidade às lutas encampadas e defendidas por Dom Tomás.

Bispo da reforma agrária, dos indígenas, dos povos do campo e das florestas, dos pobres do Brasil e de toda a América Latina. Assim era conhecido e reconhecido. Para os amigos era, simplesmente, Tomás. De sorriso largo, cheio de simplicidade, Dom Tomás será sempre lembrado por sua proximidade com os povos que o admiravam. As Igrejas, os povos indígenas e os camponeses fizeram cada qual a seu jeito sua despedida. A família, os amigos, a família dominicana da mesma forma o fizeram. Como foi sua vida e caminhada, não poderia deixar de ser a sua despedida, plural e diversa, ecumênica e profética, forte e revolucionária.

Plantado na Catedral da Cidade de Goiás está seu corpo, pelo mundo

continuará ressoando sua voz pela libertação do povo da terra, por justiça social e por uma sociedade mais justa e igualitária.

“Direitos humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé!”

Assim proclamou Dom Tomás.

Batizado Paulo, escolheu por nome Tomás quando tornou-se religioso dominicano. Desde a década de 1950 atuava próximo aos povos indígenas e aos camponeses, quando foi nomeado superior da missão dos dominicanos na Prelazia de Conceição do Araguaia, no Pará. Sempre ávido por mais informações e conhecimento, decidiu estudar linguística indígena, em um curso na Universidade Nacional de Brasília (UNB), onde aprendeu a língua dos índios Xicrin, dos grupos Bacajá e Kayapó. Também diante da necessidade e das dificuldades em percorrer grandes extensões territoriais entre os estados do Pará, Mato Grosso e Goiás, fez curso de piloto de avião, e amigos italianos o presentearam com um teco-teco vermelho. Avião esse que poderia contar inúmeras histórias sobre a seriedade e os cuidados de Dom Tomás ao pilotar, sobre as visitas às aldeias indígenas da Amazônia, algumas vezes levando médicos para cuidar da saúde dos índios, e sobre aqueles e aquelas cujas vidas Dom Tomás salvou ao tirá-



Foto: CPT Nacional

TO

de luta junto aos pobres da terra

-los do alvo das ameaças da ditadura militar.

A tristeza de sua partida, que tomou conta de todos e todas que o conheceram, não foi maior que a certeza de que Dom Tomás viveu em plenitude e deixou muitos frutos.

As milhares de pessoas que passaram pelo velório e celebrações, na cidade de Goiânia, entre os dias 3 e 4 de maio, e na cidade de Goiás, na tarde do dia 4 e manhã do dia 5 de maio, são provas disso. Dom Tomás foi recebido na cidade de Goiás por cerca de 40 indígenas das etnias Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Xerente, Tapuia e Karajá, vindos dos estados do Tocantins e de Goiás. O corpo entrou na catedral de Nossa Senhora de Santana pelas mãos dos indígenas, que realizaram os rituais conforme seus costumes. O rosto de Dom Tomás recebeu a pintura de urucum e um grande cocar foi colocado no caixão, acima de sua cabeça.

Dom Tomás foi sepultado na catedral de Goiás, levando junto bandeiras dos movimentos sociais camponeses, de sindicatos e organizações que receberam o apoio de Dom Tomás. Ele era o mestre e inspirador das lutas, mas também sabia ser rígido e crítico quando era necessário. Da mesma forma o fez com governantes e partidos políticos, mesmo com aqueles que em algum momento apoiou, mas que em decorrência de sua atuação, ou da sua não atuação, achou por bem criticar e cobrar. As mesmas críticas ele estendeu à Igreja, ou melhor, às igrejas, que se afastavam do compromisso evangélico de estar ao lado do povo pobre e injustiçado.

Dom Tomás continua vivo nas lutas do povo pobre da terra de todo o mundo. Sua voz ecoa no grito do camponês e do indígena que exigem terra para trabalhar e a preservação de seus territórios. Seus ensinamentos continuam presentes nas Igrejas que promovem o povo oprimido. Seu coração continua a pulsar naqueles que se organizam, naquelas que lutam, nas fileiras em marcha por esse país, seguindo bandeiras de um mundo mais justo.

Um apaixonado pela vida

Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT e membro fundador da Pastoral, prestou a Dom Tomás sua homenagem através de um bonito e emocionante depoimento, do qual destacamos aqui:

“Posso me considerar um privilegiado por ter estado perto e convivido com Dom Tomás muitos momentos na vida. Conheci-o em 1971, quando ele foi fundamental na decisão de Pedro Casaldáliga em aceitar a indicação de bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT). Em 1997, quando foi eleito presidente da CPT, fui incorporado à secretaria nacional. Mas não é sobre isso que quero falar. Os momentos mais privilegiados, posso dizê-lo, foram na última fase da sua vida, quando passei algumas noites ao seu lado no hospital. Foram momentos de extrema importância e que revelam o homem apaixonado que sempre foi. Apaixonado pela vida, apaixonado pelos povos e pela causa indígenas, apaixonado pelos camponeses e trabalhadores e trabalhadoras da terra, apaixonado pelo CIMI e a CPT que ajudou a criar, por uma igreja comprometida com as causas do povo sofrido. Quando eu estava com ele, comunicava-lhe as últimas notícias das lutas camponesas e indígenas e da igreja. Ele, mesmo não podendo conversar muito por ter o pulmão afetado, fazia questão de as comentar com muita lucidez

e sagacidade. Gostava de estar antenado com os acontecimentos. E, como um grande articulador que sempre foi, imaginava estratégias e ações que pudessem ser apoio às causas do povo.

Na última noite que passei com ele, quarta-feira, dia 30 de abril, respirava com muita dificuldade. Ao melhorar, comuniquei-lhe que o STJ havia concedido *Habeas Corpus* ao cacique Babau, Tupinambá da Bahia, preso em Brasília. Mesmo na situação em que estava, vibrou: ‘uma grande notícia!’. Para mim a morte de Dom Tomás ter acontecido quando a CNBB realizava sua 52ª assembleia, discutindo o tema Igreja e Questão Agrária; de Valdir, do MST, estar a seu lado, no momento do desenlace final; e de, na chegada a Goiás, seu corpo ter sido introduzido na catedral por mãos indígenas de diferentes povos, que realizaram todo um ritual, pintaram seu rosto com urucum e colocaram na cabeceira do caixão um cocar, está carregada de um valor simbólico ímpar. Tomás morreu como viveu, reconhecido pelos lavradores, sem-terra e indígenas, a quem dedicou sua vida e seu ministério episcopal, apaixonado pelas suas causas, e lutando para que a igreja assumira a causa dos oprimidos e dos excluídos, saindo dos templos, em direção às periferias como o papa Francisco convoca hoje a Igreja.”

“Uso chapéus e cocares antes de mitras solidéus”

“Dom Tomás vestiu chapéus e cocares bem antes das mitras e solidéus. Carregou enxadas e foices nas mesmas mãos com as quais erguia báculos e cruces. Aprendeu, viveu e ensinou que o poder evangélico é sempre um exercício de serviço. Por isso, dançou com os indígenas, caminhou com os sem-terra, montou jegues, cavalos e aeronaves, sentou com presidentes, empinou bandeiras, abraçou árvores e gentes ao redor do mundo. Despertou raivas, desgostou uns tantos, provocou muitos. Tinha a suavidade de antigos amigos e a aspereza dos grandes profetas. Resistiu o que pôde. Agarrou-se à vida com todos os seus instintos. Agora, na doença. Antes, na saúde, na jovialidade e na sanidade de sua longa vida dedicada à causa da terra.

Dizem que a melhor forma de homenagear uma vida que se vai é dando

continuidade a seus projetos. Dom Tomás deixou muitos, porque sonhou até o fim. O complemento de sua vida não é outro senão o lançamento de uma nova agenda, de uma outra causa, de mais uma luta. Ferido, o corpo dorme. Viva, a voz tremula nos ares, vaporosa, aberta, intensa, instigada pelos desafios que ele tinha assumido para si e que agora nós temos obrigação de fazer nossos. Eis a nossa cumplicidade. No grão do corpo que a terra goiana acolhe, crescem as ramagens de novas florações. Do meio de antigos silêncios, Tomás, o Dom, derramará suas bênçãos sobre nossas plantações. Também agora, quando os jequitibás lamentam, todos esperamos pela chuva”.

Jelson Oliveira - em nome da Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil

CRISTIANE PASSOS*

VIDA E REVIDA - Um adeus a nosso mestre e Pastor Dom Tomás Balduino

“Por um instante, desçam do alto dos mastros as bandeiras;

Cale-se a terra concentrada, lamentando a perda...

Juntem-se os pés nas bases das fileiras...

Caia sincera a lágrima da pálpebra esquerda...

Juntem-se as mãos deixando os gestos vãos...

Baixem o olhar em sinal de respeito

Ergam-se os braços em forma de oração

Dobre-se o corpo, inclinando o peito.

Não é por dor, tampouco por tristeza!

Mas pelo brilho da obra e sua grandeza

Que fez a vida profetizadora...

Se a natureza a põe interrompida...

Não haverá nenhuma despedida

Se cada mão for sua continuadora”.

Ademar Bego

Defensor dos povos originários e da luta Camponesa

“A Embaixada da República Bolivariana da Venezuela na República Federativa do Brasil deseja expressar seu profundo pesar diante da desaparecimento físico de um verdadeiro apóstolo da justiça social e da unidade latino-americana, como o foi o Monsenhor Tomás Balduino. Defensor dos povos originários e da luta camponesa, Dom Tomás assumiu o chamado revolucionário de Cristo para defender os mais vulneráveis em um continente afligido, por muitos anos, pela exploração e pela exclusão social. Dom Tomás entendeu muito cedo que não se pode praticar a caridade sem militância fervorosa contra a opressão e a desigualdade... Quando o povo venezuelano, junto à liderança do Comandante Chávez, irrompeu na história latino-americana com um processo democrático participativo, repleto de esperanças de superar a miséria e exclusão, Dom Tomás foi um dos primeiros a somar sua solidariedade, sua fé e militância em favor da Revolução Bolivariana, para que o povo brasileiro conhecesse a realidade venezuelana... Que o legado de Dom Tomás Balduino viva para sempre nas lutas emancipadoras dos povos latino-americanos!”

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

LUTO

Pe. José Servat e a militância camponesa no Nordeste

PADRE HERMÍNIO CANOVA*

Faleceu na França, no dia 7 de abril, aos 92 anos, o Pe. José Servat, fundador da ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural. Profeta e apóstolo, educador de muitos militantes cristãos camponeses, sobretudo na região nordestina, por mais de 30 anos, Pe. Servat nasceu na França, em Pamiers, perto da cidade de Toulouse. Especializou-se em educação cristã dentro da Ação Católica (modelo francês!), levando centenas de militantes à prática do compromisso social da fé cristã, seguindo o método VER-JULGAR-AGIR, elaborado pelo cardeal belga e apóstolo dos trabalhadores Joseph Cardin.

Dom Helder Câmara, em 1964, recém-empossado arcebispo de Olinda e Recife, viajou à Europa para procurar colaboradores para o trabalho de acompanhamento e evangelização da classe operária e da classe camponesa do Nordeste. Chegaram então ao Recife, o Pe. Romano Zufferly, que fundou logo a ACO - Ação Católica Operária e Pe. José Servat, que criou a ACR, adaptando a sigla à nossa realidade como Animação dos Cristãos no Meio Rural.

Em todo o Nordeste, da Bahia ao Maranhão, Pe. Servat e seus colaboradores “formaram” centenas de militantes camponeses, homens e mulheres que assumiram com paixão as lutas da classe camponesa, muitas vezes participando das direções mais combativas dos sindicatos dos trabalhadores rurais; pessoas que sacrificavam seu tempo, sua família e sua vida na militância cristã e a serviço da classe. Eram tempos difíceis, a militância sempre um risco e meio clandestina. Com o apoio de uma Igreja profética, os militantes da ACR se entregavam à luta sindical, participavam das greves dos canavieiros, animavam comunidades e cooperativas, estudavam as cartilhas do MEB e de Paulo Freire. Enraizados em sua classe, com fé extraordinária, lembramos com muito respeito os militantes como Rufino, Benedito, Renato, Eucli-



Foto: CPT Nordeste II

des, Zé Paulo, Agapito e Beja-Flor, cristãos comprometidos e grandes líderes sindicais de Pernambuco; Maria Paulo, dona Alzira, Margarida Maria Alves, da Paraíba; Manoel Bispo, Manoel Bento, Raimundo Marinho... e tantos outros que contribuíram a fazer história na classe camponesa. Ao redor de Pe. Servat, formávamos um grupo de padres que se prontificavam a acompanhar os militantes na metodologia e na espiritualidade: Afrânio, André (hoje bispo de Rui Barbosa-BA), Zé Maria, Paulo, Hermínio...

Com Pe. Servat vivia sempre um

grupo de seminaristas que se preparavam para exercer o ministério no meio rural; Servat cuidava muito da formação teológica deles e era membro do ITER - Instituto de Teologia de Recife, fortemente alinhado com a Teologia da Libertação. Pe. Servat acreditava nos leigos, confiava a eles a tarefa de animar e evangelizar a classe trabalhadora: “os pobres evangelizam os pobres” dizia na época Dom Helder Câmara. O método da Ação Católica formava trabalhadores com um profundo compromisso social e fé cristã, e os acompanhava como “fermento na

massa” ou na classe, no meio de tantas lutas e na perspectiva da construção do Reino de Deus.

Em 1997 celebrou o seu jubileu sacerdotal (50 anos de padre), cercado por muitos camponeses, padres amigos e alguns bispos entre os quais Dom Helder (com a saúde já fragilizada). Mas foi naquela ocasião que recolhemos o seu depoimento surpreendente: “Nos trinta e cinco anos que doe minha vida ao meio rural nordestino, encontrei o amor: amor de irmãos, acolhida, solidariedade de pessoas de diferentes raças, culturas, cores e religiões; em geral pessoas miseráveis economicamente, mas ricas de coração na preocupação com a justiça e a fraternidade na construção do Reino de Deus. Encontrei o amor na Igreja, em bispos e padres, sobretudo nos leigos do meio popular. Descobri a presença de Jesus Cristo ainda crucificado nos povos indígenas, nas comunidades dos afro-descendentes e nos migrantes”. “O essencial é dar o melhor de si mesmo no encontro das pessoas”, dizia. Pe. José Servat interpretava e explicava a divisão de classe “escutando a sabedoria popular” e valorizando um canto bem conhecido, famoso no meio do povo naquela época: Estamos como sapo debaixo do pé do boi.

*CPT Nordeste II

CPT Mato Grosso do Sul perde um de seus fundadores

Faleceu na noite de 2 de abril último, Lino Skovronski, um dos primeiros agentes da CPT Mato Grosso do Sul. Enquanto agente da CPT participou da fundação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais do estado. Acompanhou e participou do conflito entre os posseiros de Morraria e os índios Kadiwéu no final da década de 1970 e início da década de 1980. Foi também, por um período, coordenador da CPT MS. Atuou posteriormente como agente da Pastoral Rural da Diocese de Campo Grande e mais

recentemente, no início dos anos 2000, contribuiu na criação da Associação dos Produtores Orgânicos de Campo Grande e Região - ASPARGO.

Miecleslau Kudlavicz, agente da CPT do Mato Grosso do Sul, assim lembrou o exemplo de Skovronski, “Lino, desde que foi para o Mato Grosso do Sul, quando ainda era estado de Mato Grosso, até os dias em que teve forças para lutar, nunca abandonou a causa dos camponeses. Seu histórico de luta pela terra e na defesa dos pobres do campo, nunca poderá ser esquecido quando se tratar do

histórico do sindicalismo rural e da reforma agrária no MS. Que sua teimosia, sua garra e seu compromisso de luta para ver as terras deste estado serem distribuídas entre aqueles que realmente produzem alimentos para o povo brasileiro, permaneça como a lição deixada por Lino a todos nós que hoje sentimos sua partida desta vida para vida na eternidade. Lino, lá onde você estiver receba o carinhoso abraço dos seus companheiros de luta e de caminhada como agentes da Pastoral da Terra”.

CONGRESSO CPT

Rumo ao IV Congresso Nacional da CPT

ANTÔNIO CANUTO*

O IV Congresso Nacional da CPT será realizado no próximo ano, em Porto Velho, Rondônia. O estado, neste início de ano, frequentou todos os meios de comunicação, por causa das maiores cheias do Rio Madeira que se tem conhecimento na história. A construção das barragens das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio são responsabilizadas pelo crescimento fora do normal das áreas alagadas no estado. Apesar das tentativas de jogar a culpa para chuvas intensas no Peru e Bolívia, que alimentam a bacia do Madeira, não é fácil eximir de responsabilidade as duas obras que criam impactos ambientais e sociais não incorporados nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) das obras.

Apesar disso, em julho de 2015, Porto Velho acolherá de braços abertos os participantes do IV Congresso da CPT.

Os Congressos anteriores

Desde quando a assembleia geral da CPT, em 1999, decidiu pela realização de congressos, já foram realizados três.

I Congresso

Tema/lema: “Terra, Água, Direitos: Eis o Tempo Jubilar”.

Data: 28 de maio a 1 de junho de 2001.

Local: Santuário de Bom Jesus da Lapa, em Bom Jesus da Lapa, BA.

Contexto: Concluía-se o Jubileu 2000, que celebrou os 2000 anos do nascimento de Jesus.

Celebravam-se os 25 anos da CPT.

Bom Jesus da Lapa situa-se no Nordeste, onde se concentra a maior proporção de trabalhadores do campo do país, 46%.

No Santuário do Bom Jesus, em 1977, 120 lavradores lá se encon-



Foto: João Zinclar

traram pedindo forças para sua luta contra a grilagem de suas terras. Desde então, lá todos os anos se realiza a Romaria da Terra.

Destaques do I Congresso:

- Alguns definiram o congresso como um “renascimento”, “refundação” da CPT. Um “novo Pentecostes”.

- Chegou-se a dizer que “o Congresso salva a CPT”. E até – mais realista – que “os trabalhadores salvaram o Congresso”.

- Os trabalhadores cobraram uma CPT mais presente e solidária, mais de luta e menos burocrática. Exigiram agentes mais apaixonados pela CPT, sua missão, seu trabalho.

- A terra foi vista como espaço de vida e de valorização das raízes afro-ameríndias, mais do que meio de produção.

- Neste Congresso consolidou-se a água com um dos grandes eixos do trabalho da CPT.

Em relação aos direitos: Direitos se constroem, não são só os que se tornaram lei.

II Congresso

Tema/lema: “Fidelidade ao Deus dos Pobres, a serviço dos povos da Terra”.

Data: 14 a 18 de junho de 2005.

Local: Cidade de Goiás, Goiás.

Contexto: A Diocese assumiu, desde o primeiro momento, a Pastoral da Terra. O município da Cidade de Goiás tinha 22 assentamentos.

Em 12 de fevereiro, Irmã Doro-



Foto: João Zinclar

thy Stang havia sido assassinada, em Anapu(PA). Por isso foi proclamada patrona do Congresso.

Em nível nacional vivia-se a crise política provocada pelas denúncias do mensalão.

Em nível de Igreja iniciava-se o pontificado de Bento XVI, depois da morte de João Paulo II.

Destaques do II Congresso:

- O Congresso reforçou a confiança do povo do campo na CPT e a identidade da CPT como pastoral de serviço aos mais pobres do campo, e reafirmou o trabalho de base como a marca que identifica a CPT.

- O Congresso conviveu com a diversidade camponesa explicitada nas experiências apresentadas.

- O II Congresso explicitou o conceito de território, a terra como espaço da vida. A reforma agrária, além de democratizar a propriedade da terra, deve garantir o direito aos territórios das comunidades que neles vivem.

III Congresso

Tema: Biomas, Territórios e Diversidade Camponesa.

Lema: No Clamor dos Povos da Terra, a Memória e a Resistência em Defesa da Vida.

Data: de 17 a 21 de maio de 2010.

Local: Montes Claros, Minas Gerais.

Contexto: Em pleno semiárido brasileiro, onde a frieza de intermináveis plantações de eucalipto e de pas-

tagens substituema rica biodiversidade do Cerrado.

A Diocese de Montes Claros completava 100 anos.

Destaques do III Congresso:

O III Congresso reafirmou e assumiu:

- A diversidade camponesa com as diferentes formas de vida e de relacionamento com a terra vividas pelas comunidades. Diversidade que se expressa na autodenominação que cada grupo atribui a si mesmo: quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, piaçabeiros, vazanteiros, geraizeiros, catigueiros, ocupantes de fundo de pasto, faxinalenses, quebradeiras de coco, retireiros e mais uma extensa lista. Em todas se sente relação amorosa com a terra.

- A defesa e a conquista do território como elemento constitutivo da luta pela terra. Todas as comunidades tradicionais têm direito aos territórios que ocupam ou dos quais foram violentamente expropriados ao longo da história.

- A luta pela TERRA (planeta). Não é suficiente conquistar a terra, é preciso tratá-la com cuidado e carinho, pois é a nossa casa comum, é a mãe que dá o sustento diário.

- A imperiosa necessidade da reforma agrária. Reforma agrária que incorpore a defesa dos territórios, a convivência com os biomas e a construção de comunidades sustentáveis em contraposição ao conceito de desenvolvimento sustentável, apropriado pelo grande capital.

Animados pela memória dos Congressos anteriores seguimos na construção do nosso IV Congresso, dessa vez de volta ao berço gerador da CPT, a Amazônia.



DICAS E RECEITAS

Cinzas: material de valor na agricultura

Algumas atividades como olarias, estufas de fumo, ervateiras, secagem de grãos, padarias, entre outras, produzem elevadas quantidades de cinzas, resultantes da queima de lenha. O uso de cinzas na agricultura deveria ser mais explorado, pois pode servir como corretivo do solo em acidez e fertilidade.

Evidentemente, a concentração de nutrientes na cinza varia de acordo com o que foi queimado e se foi bem queimado. Numa cinza de lenha bem queimada com predominância de bracinga (árvore nativa das regiões mais frias do sul do Brasil), existe 7% de Potássio; 7% de Magnésio; 23% de Cálcio; 1,5% de Fósforo e quase todos os micronutrientes. A quantidade de nutrientes con-



Foto: Arquivo Escola de Jovens Rurais

tida na cinza é bastante alta. Pela sua quantidade em potássio, 850 kg dessa cinza corresponde a um saco de cloreto de potássio.

Mas não é só isso. Ela também tem um grande potencial corretivo de acidez. 1.500 kg dessa cinza correspondem, apro-

ximadamente, a uma tonelada de calcário. Em quantidades de cálcio, cinza e calcário se equivalem.

Devemos lembrar que a cinza é um adubo concentrado. Assim, o mais indicado são aplicações de 200 gramas por metro quadrado, o que corresponde a duas toneladas por hectare.

É importante conhecer bem a procedência da cinza e saber o que foi queimado para não termos contaminação de lixo ou resíduos tóxicos.

Um lembrete: evitar colocar no solo cinzas de churrasqueira, que contém sal. O sal é mortal para a maioria das plantas. Para as cinzas de churrasqueiras existe outra finalidade melhor: elaboração do sal mineral caseiro.

Uma receita simples e barata de sal mineral

O sal mineral deve ser dado para o gado o ano inteiro. Muitas vezes o agricultor deixa de fornecer sal mineral para o gado por causa do preço do produto. Isso deixa o rebanho com deficiências nutricionais, doente e propenso ao ataque de parasitas, fazendo o agricultor gastar com remédios e veterinários.

Por isso estamos divulgando a "receita caseira de sal mineral". Essa receita permite reduzir custos, pois é feita com componentes baratos e um material que os agricultores dispõem em suas propriedades: a cinza de lenha (de madeira). Assim, o agricultor poderá fornecer para o gado à vontade e o ano inteiro.

A cinza de madeira é um material rico em minerais. Deve-se tomar cuidado de ser de madeira não tratada com produtos tóxicos (tintas ou venenos) e não deve ser queimada junto com plásticos, óleos, etc. Cinzas de churrasqueiras são boas para isso. Os

outros componentes se encontram em casas agropecuárias.

Para fazer o sal mineral caseiro, misturamos:

2 kg de cinza peneirada
2,5 kg de farinha de osso
5 kg de sal comum
200 g de enxofre

Os animais devem consumir sal mineral todos os dias, por isso devem ter livre acesso ao sal em um cocho abrigado da chuva. Os animais só consomem o que necessitam. Em média, cada animal consome 50 g por dia. Para uma boa conservação, o sal mineral caseiro deve ser guardado em lugar seco e fresco. O sal mineral caseiro é muito mais barato do que os comerciais.

E não devemos esquecer: dar sal mineral significa economia em medicamentos e chamada de veterinários.



Foto: Arquivo Escola de Jovens Rurais

*Dicas do engenheiro agrônomo André Michel Müller (por vários anos atuou na CPT e Escola de Jovens Rurais na Diocese de Santa Cruz do

Sul, e atualmente atua na Emater de Arroio do Meio (RS). Essa matéria foi publicada originalmente no jornal Pé na Terra, nº28, de maio de 2012).



A Igreja paraguaia está preocupada com a expansão do cultivo de soja transgênica

Após concluir a 199ª Assembleia da Conferência dos Bispos do Paraguai (CEP), o bispo Edmundo Valenzuela disse que a Igreja está preocupada com o fato de que “as famílias de camponeses estejam sendo deslocadas pelas fumigações tóxicas”, em referência ao uso descontrolado de agroquímicos para fumigar as grandes plantações.

“E, especialmente, com o fato de que as fazendas não estejam cumprindo as leis ambientais e nem sequer contribuem com impostos para a redistribuição justa do dinheiro”, expressou o nuncio à impre-

sa. Além disso, o Paraguai é o país com a segunda maior concentração de terras do mundo, já que 2,6% dos proprietários detêm 85,5% da superfície agrária, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A CEP concorda com as reivindicações que a Federação Nacional Camponesa (FNC) e outros importantes grupos de organização no campo paraguaio estão fazendo há meses, pedindo que o Governo controle o uso dos defensivos agrícolas. Segundo a FNC, no Paraguai, utilizam-se anualmente 60 milhões de litros de agrotóxicos.

Índios Ayoreo e autoridades buscam soluções para invasão de território



Foto: Alter Vida-Com. Cuyabia.

Para discutir a invasão de terras do povo Ayoreo por pecuaristas brasileiros, líderes indígenas de diferentes comunidades de Puerto María Auxiliadora, distrito de Carmelo Peralta, Departamento de Alto Paraguai, estiveram reunidos no último dia 07 de maio, na Câmara dos Deputados. Durante o encontro, eles reforçaram denúncias de violações de seus territórios ancestrais, assim como a ausência de providências por parte das autoridades locais, regionais e nacionais. O fato mais recente foi a invasão de 50 hectares da comunidade, desmembrados do lote para construir uma passagem e colocar um alambrado, convertendo o local em área de pasto.

Participaram da reunião a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), a Comissão de Assuntos Indígenas da Câmara de Deputados, representantes de instâncias competentes, dentre

outras autoridades, para resolver os temas relacionados à propriedade comunitária. Representantes do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra, do Instituto Paraguai do Indígena, da Direção de Direitos Étnicos do Ministério Público e do Governo de Alto Paraguai se comprometeram a investigar a situação e encontrar uma breve solução. A CNDH e a Comissão de Assuntos Indígenas da Câmara darão continuidade ao trabalho que outras instituições já vêm realizando.

O povo Ayoreo habita a região em aproximadamente 20 mil hectares desde a década de 1960, quando seu território foi restituído mediante uma doação feita pela comunidade religiosa pertencente à congregação salesiana. No local, vivem 400 famílias, cerca de 1.150 pessoas, agrupadas em oito comunidades: Isla Alta, Guida Ichai, Cucaani, Tiogai, Punta, Punta Euei, Nueva Esperanza e Atapi.

Guatemala: grupo de resistência é agredidos e despejado

Mais uma vez policiais da Polícia Nacional Civil da Guatemala desrespeitaram os grupos organizados na resistência contra a mina Progreso VII, mais conhecida como El Tambor, em Puya San José del Golfo, que permanecem há mais de dois anos acampados na entrada da mina. Segundo informações, mais de 200 policiais chegaram ao local no dia 23 de maio último com a finalidade de despejarem o grupo. Em declaração, o ministro do governo Mauricio López Bonilla disse que a ordem era liberar a mina para que o maquinário da empresa responsável pela exploração entrasse no local.

Mulheres e crianças posicionaram-se a frente dos policiais na tentativa de impedir o despejo. O chefe de operações

da Polícia, entretanto, ameaçou os manifestantes de prisão caso eles não liberassem o local. Algumas horas depois o despejo foi realizado pelo uso da força, com bombas de gás lacrimogênio e violência por parte dos policiais. Vários homens, mulheres e crianças ficaram feridos e foram levados a centros de assistência. Desde março de 2012 pessoas das comunidades de São José del Golfo estão acampadas na entrada da mina de El Tambor como forma de se dizerem contrárias à mineração em seus territórios, o que causa danos e contaminação à terra e ao meio ambiente. Desde então, eles cobram de forma pacífica que seja realizada uma consulta popular às comunidades locais para ver se o povo quer esse tipo de exploração em seus territórios.

República Dominicana: Lei Nacional de Sementes pode fazer desaparecer a agricultura camponesa e familiar



Foto: Carmelo Fioraso

A produção de sementes é um processo essencial para a agricultura, graças a ela camponeses e camponesas têm mantido as espécies vegetais que consumimos, por isso é fundamental a preservação do patrimônio genético dos países, as sementes. Por isso, a Articulação Nacional Camponesa (ANC) da República Dominicana vê com preocupação a aprovação da Lei Nacional de Sementes pelo Senado, em que seriam desconsiderados os conhecimentos e saberes ancestrais de produção, conservação e cuidado com as sementes alimentícias e as medicinais, produzidas tradicionalmente por mulheres. Essas seriam substituídas por “sementes cer-

tificadas” de propriedade do agronegócio. A ANC alerta a população mundial para a estratégia em andamento em vários países, de privatização, através de leis, da água, dos minérios e agora das sementes. A organização denunciou que este projeto de lei foi tratado pelos senadores de forma sigilosa, e nenhuma consulta foi feita às organizações camponesas do país. Além disso, o esquema proposto pela nova lei ameaça a produção de alimentos que passaria a ser dependente do mercado, e não mais das necessidades de consumo da população.

* Com informações da Agência Adital e CLOC-Via Campesina

PÁGINA BÍBLICA

O projeto do segundo templo

SANDRO GALLAZZI*

Vimos na edição anterior que a volta dos exilados da Babilônia criou um sério conflito entre os que voltaram e os camponeses que haviam permanecido na Judeia.

a. A nova situação que se cria

O conflito é resolvido de maneira que os pobres da terra perdem a hegemonia, que passa aos sacerdotes. A Judeia será governada pelos sacerdotes. A maior autoridade será o Sumo Sacerdote, da família dos saducitas (saduceus no Novo Testamento) que passará hereditariamente o cargo a seu filho. O Sumo Sacerdote é sacralizado. Usa roupas especiais, faz gestos que só ele pode fazer, como passar por trás do véu que separa o Santo dos Santos, ou usar o nome Javé... Tudo isso faz dele uma figura totalmente única. Quase um Deus!

A Bíblia o chama de Ungido, Masha (em hebraico), Messias em nossa língua. Os demais sacerdotes (milhares) são divididos por classe, tipo de serviço, pela importância das categorias, num sistema de casta piramidal, muito bem estruturado. Com o Sumo Sacerdote, uma assembleia (mais tarde chamada Sinédrio), reúne anciãos da cidade, quase todos sacerdotes.

O povo fica dividido entre puros e impuros, proprietários e servos que sustentam a sociedade. No centro da cidade, o templo, não mais o palácio do rei. Por longos séculos não haverá mais rei em Jerusalém. Jerusalém se torna uma cidade teocrática (governada por Deus). O templo, além de palácio, passa a ser o armazém. Neemias vai dizê-lo claramente: “Os israelitas e os levitas levam as oferendas de trigo, vinho e azeite aos armazéns”.

Como se dá a expropriação? Há uma dupla expropriação: uma é o tributo, pago pelo Sumo Sacerdote ao



Foto: Cerezo Barredo

imperador persa, que o paga com o dinheiro arrecadado dos que produzem. O povo da terra tem que sustentar também toda a administração teocrática de Jerusalém. E isso o faz através do dízimo e de outras oferendas obrigatórias (Neemias, 10). O dízimo não era uma oferenda muito espontânea, pois era necessário ir de casa em casa para recolhê-lo.

b. O sacrifício pelo pecado

O segundo templo instituiu algo que vai marcar a história de Jesus: o sacrifício pelo pecado. A descrição detalhada a encontramos em Levítico, 4 e 5. Este sacrifício tem como objetivos: legitimar a estrutura social existente e arrecadar o excedente do campo para o templo. Quando Jesus grita “não quero sacrifício, mas sim misericórdia”, citando frase do profeta Oseias, ele a diz num contexto como este. Também dirá “este templo se transformou num covil de ladrões”.

É fundamental conhecer o sacrifício pelo pecado para entender o mecanismo de exploração que oprimia o povo até o tempo de Jesus. Pecado não é como o entendemos hoje, a transgressão voluntária da lei. Pecado é uma situação, não uma ação.

Para o hebreu é uma situação de impureza, de imperfeição. Por exemplo: o cadáver, qualquer cadáver, é impuro. Se eu toco em um, querendo ou não, fico impuro e necessito fazer um sacrifício pelo pecado para voltar a ser puro. A menstruação é uma situação de impureza (antes desta época, ninguém havia dito isso). Todos os meses a mulher sente o peso desta situação. Tudo o que ela toca é impuro, a cadeira em que senta, a cama onde dorme. A mãe de família que tem de preparar a comida para a família, de cuidar dos meninos, não só ela é impura, mas se sente responsável pela impureza de todos ao redor.

Quando a mulher que perde sangue toca Jesus, comete um crime horrível: ela, impura, de propósito, torna impuro um homem judeu. Quando Jesus diz: “Quem me tocou?”, ela tremeu de medo porque fez algo inadmissível. Jesus também quando chega à casa de Jairo, toca o cadáver da menina: “levanta-te”. Como a mulher, Ele também não respeita a lei pois toca um cadáver, o que é proibido. Marcos registra que a menina tinha doze anos, idade em que a mulher se torna impura.

Mas porque o povo pagava? A Judeia era pequena. Todos se conheciam. O impuro não tinha acesso ao templo e ficava fora do mercado e da

vida social. Mas, sobretudo, existia a delação. Se alguém sabia que o outro era impuro e não o dizia, tinha que pagar mais ainda. Isto rompe a solidariedade do grupo. O vizinho pode ser um espião, um delator. Foi a maneira mais sofisticada de, em nome de Deus, chegar a todas as casas, rompendo laços e criando culpas, submissão e muito dinheiro para o templo.

Assim era o sacrifício pelo pecado. Diz o Levítico: quando o Sumo Sacerdote peca, todo o povo fica impuro. Então o sacerdote, para sua purificação, sacrifica um bezerro que será degolado e seu sangue recolhido em uma vasilha. O Sumo Sacerdote com o dedo vai tocar o sangue e aspergí-lo sobre o véu do Santo dos Santos. O mesmo sangue vai ser colocado no altar do incenso e do holocausto. O bezerro será queimado com unhas e chifres fora do templo.

Quando a comunidade peca será o mesmo ritual. O sangue do bezerro será aspergido na tenda de reunião, no altar do incenso, no altar do holocausto, e o bezerro, queimado. Ninguém vai comer, porque é o sacrifício pelo pecado. Agora atenção, quando o chefe da aldeia camponesa peca, não oferece um bezerro, mas uma ovelha. O sangue da ovelha não vai ser derramado na tenda de reunião, tampouco no altar do incenso, somente nos cantos do altar do holocausto. A gordura da ovelha será queimada e o resto da carne será do sacerdote.

Quando o povo da terra peca, também traz uma ovelhazinha, e se não a tiver, duas pombinhas. Mas aquele que é pobre mesmo, o que não tem terra, trará quatro litros e meio de farinha, tendo cuidado em não misturá-la com o azeite para não estragar a farinha. O sacerdote pega um punhadinho, e a queima no altar. O resto vai para o armazém. Neste caso, nem sangue tem. Este sacrifício, tanto justifica a pirâmide teocrática, quanto garante a expropriação do produto.

EXPERIÊNCIA

Trabalhadores organizados, direitos conquistados

FRANCISCO ALAN
SANTOS LIMA*

Historicamente, o Piauí é um estado de origem de milhares de trabalhadores que partem em busca de emprego em terras distantes. Nele estão muitas das localidades que permanecem sem homens em determinadas épocas do ano, onde ficam somente os filhos e as mulheres, conhecidas como “viúvas de marido vivo”. São trabalhadores migrantes da juquirá, da cana-de-açúcar, da soja ou da construção civil, homens que deixam sua terra natal com um sonho comum: de voltar para o seio da família, com uma vida melhor financeiramente. A maioria dos que migram é lavrador sem-terra ou com pouca terra, que não teve acesso à educação escolar ou a qualquer qualificação profissional.

A história dos trabalhadores do município de Monsenhor Gil, no Sul do Piauí, submetidos à prática da escravidão, pode ser comparada ao que é narrado no livro do Êxodo “Eu vi muito bem a miséria do meu povo, ouvi o seu clamor e descí para libertá-los” (Ex 3,7-8), onde mostra que Deus sempre se deteve a olhar, a ouvir e a agir junto a seus filhos e filhas que lutam pela libertação do povo oprimido e escravizado.



O assentamento Nova Conquista fica em Monsenhor Gil, município distante apenas 56 quilômetros de Teresina, capital do Piauí, o mesmo é considerado o primeiro assentamento no país formado por trabalhadores que foram submetidos à prática do trabalho escravo e que, de forma organizada, lutaram pela conquista de seus direitos, dentre eles o acesso a terra. A história começou em 2004, quando um “gato” aliciou dois grupos de trabalhadores no município para uma empreita em duas fazendas no sul do Pará. Os grupos foram iludidos com promessas de bons salários (cerca de R\$ 600), onde receberam um adiantamento para abastecimento imediato das famílias. Depois de dias viajando, quando chegaram a uma propriedade se depararam imediatamente com uma região completamente isolada, onde de início teriam que pagar em dobro a quantia deixada às suas famílias e o valor da passagem.

Os trabalhadores passaram a dormir em barracas de lona e eram vigiados por homens armados, além de viverem em situações degradantes, consumindo água não potável, não se alimentavam adequadamente e trabalhavam de domingo a domingo, sem descanso semanal. Um dos grupos foi libertado pelo grupo móvel de fisca-

Foto: CPT Piauí

lização na fazenda Rio Tigre, ao saber da libertação desse grupo um empregador da Fazenda Boca do Monte, a fim de burlar a fiscalização, enviou de volta para casa os outros trabalhadores sem pagar seus direitos trabalhistas. Quando esses trabalhadores voltaram para sua cidade de



Foto: CPT Piauí

origem, souberam que o primeiro grupo de resgatados havia recebido todos os direitos.

Diante disto o outro grupo resolveu entrar na Justiça para conquistar os seus direitos negados. Os trabalhadores tiveram um apoio sistemático da CPT, o que lhes proporcionou a vitória de receber seus direitos trabalhistas. Mas isso não bastou, organizados, fundaram uma Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras na Prevenção ao Trabalho Escravo, que aglutinou o processo educativo de conhecimento ao de reivindicações pela luta dos direitos trabalhistas, resultando na libertação do ciclo da escravidão por meio da conquista da terra.

No decorrer deste processo deram início à articulação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para lutar por um pedaço de chão. Mobilizados, as 39 famílias tiveram o direito conquistado de uma área de 2,26 mil hectares terra, onde as famílias a cada ano cultivam o arroz, feijão, melancia e a mandioca, um dos alimentos mais produzidos na área. Para além das questões econômicas, a criação do assentamento possibilitou a esses trabalhadores, sujeitos sociais, o resgate de sua dignidade.

A luta não parou por aí, com o acesso à terra as famílias foram con-

quistando outras políticas públicas para permanecer na área, como a construção das casas, o acesso à água, energia, saúde e escola, infraestruturas básicas e necessárias para se viver. Toda essa articulação e mobilização foram possíveis graças a um trabalho articulado entre as equipes

da CPT de Xinguara, no Pará, e da CPT Piauí. Vale destacar a iniciativa dos trabalhadores da associação do assentamento para alertarem outros trabalhadores de seu município sobre os perigos da escravidão. A cada ano o grupo desenvolve na praça do município o “Sábado na Praça”, que ficou marcado na região por ser uma ação preventiva que unifica parcerias locais, desde os sindicatos de trabalhadores, igrejas, escolas e associações, onde através da arte popular simples relatam a trajetória de vida do grupo.

A luta contra o trabalho escravo merece ser uma bandeira contínua de luta. A persistência desses trabalhadores organizados na luta pelos seus direitos é um sinal de esperança, a reforma agrária real não representaria o fim da transformação de seres humanos em instrumentos descartáveis de trabalho, mas seria um sinal de que não precisaríamos esperar que a expansão do capital absorvesse todas as realidades externas a ele, a classe trabalhadora pode intervir libertando-se dos que a escravizam e produzindo seu próprio destino.

* Agente da CPT Piauí e membro da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo.

CULTURA

Calou-se uma voz dos oprimidos

Foto: Arquivo CPT Nacional



Calou-se a voz de Tomás Balduino,
nessa noite de 2 de maio.
Uma voz que nunca quis ser sozinha,
sabia, desde os anos de chumbo:
uma voz solitária não suspende a manhã.
Quis ser uma voz entre vozes,
ergueu sua voz dentro do vasto coro dos oprimidos:
os índios, os posseiros, os lavradores,
os retirantes da seca e da cerca
e os que se levantam contra elas,
as mulheres, os negros, os migrantes, os peregrinos
para forçar claridades, para ensinar amanhecer.

Tomás é palavra.
A palavra que banha como bálsamo.
A palavra que fustiga.
Incendeia.
A palavra que perdoa
mas aponta - sempre - o caminho da Justiça.
E o que somos na vida?
Somos os ossos das palavras
que povoam o caminho de pedra ou flores
que sangram os pés dos nossos filhos.

Tomás é sertão.
O sertão e suas armadilhas.
O sertão e suas infinitas contradições.
Tomás é sertão
onde se dobram os ventos de Goiás e Minas,
onde nascem águas
nessa infinita geografia
que alimenta nossas esperanças.

Calou-se a voz de Tomás Balduino.
Permanecerá sua palavra.
Tomás é sertão:
gesto de fé nessa gente que não se dobra.

Pedro Terra, Brasília, 3 de maio 2014, como um quadro de Goya.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA